



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Superintendência Regional de Meio Ambiente Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba
Diretoria de Controle Processual – Núcleo de Autos de Infração

458
40

PARECER DE NULIDADE
AUTUADO: Agroindustrial Santa Juliana S/A
CNPJ/CPF: 05.980.986/0001-27
PROCESSO ADMINISTRATIVO CAP: 445254/16
AUTO DE INFRAÇÃO: 44491/2012 de 02/06/2012
AUTO DE FISCALIZAÇÃO: 84353/2012 de 02/02/2012

1) RELATÓRIO

Trata-se de processo administrativo instaurado a partir da lavratura do Auto de Infração nº 44491/2012.

O referido Auto de Infração foi lavrado com fundamento no artigo 83, anexo I, código 116 do Decreto Estadual nº 44.844/2008, uma vez que foi constatado que o autuado “descumpriu deliberação do COPAM. O empreendimento descumpriu a Deliberação Normativa COPAM nº 164 de 30 de março de 2011, quanto às normas referentes ao armazenamento e aplicação de vinhaça e águas residuárias”.

Apresentada defesa esta foi julgada improcedente pelo Superintendente Regional de Meio Ambiente da SUPRAM-TMAP, conforme decisão administrativa de (fls.56) dos autos, vejamos:

“julgo pela aplicação da penalidade de multa simples no valor de R\$ 50.001,00 (cinquenta mil e um reais), devendo o valor da multa ser corrigido monetariamente a partir da data da autuação, com incidência de 1% ao mês a partir da data do vencimento, conforme determina o § 3º do artigo 48 do Decreto Estadual 44.844/2008”.

O autuado foi notificado da decisão por meio do Ofício 90/16/NAI (fl.58) do processo, nos termos do artigo 42, do Decreto Estadual 44.844/2008, sendo que inconformado com a decisão interpôs recurso conforme previsto no artigo 43 do citado decreto.

Em 15/09/2017 o recurso foi pautado e apreciado pela URC do COPAM na 136ª Reunião Extraordinária, porém, após discussões o presente processo foi baixado em diligência tão somente para que o autuado se manifestasse sobre a reincidência aplicada.

Oficiada a se manifestar sobre a aplicação da reincidência, através do Ofício 465/2017 NAI, tendo em vista a garantia do contraditório e ampla defesa, a empresa Recorrente apresentou sua manifestação tempestivamente, alegando que inexistia motivação para a aplicação da reincidência sob o argumento de que não foi apresentado documentos (cópias dos autos) que embasassem a reincidência, nos termos do Decreto Federal nº 6.514/2008, obstando a aferição do valor aplicado à reincidência, ao que houve prejuízo do contraditório e ampla defesa. Alegou também ter sido surpreendida com a aplicação da reincidência, caracterizando *reformatio in*

40x 20



459
48

pejus. Ao final, pugnou pela aplicação de circunstâncias atenuantes, dentre elas, as dispostas no art. 68, I, alíneas "c" e "f" do Decreto Estadual nº 44.844/2008.

Na 139ª REUNIÃO ORDINÁRIA, foi julgado o recurso, mantendo a aplicação da reincidência pela maioria do Conselho.

Inconformada com a decisão a autuada apresentou Revisão Administrativa ao Secretário de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, pugnando pela nulidade da aplicação da reincidência, tendo em vista que não foi oportunizado em defesa.

É o relatório.

2) FUNDAMENTO

De fato, a Nota Jurídica ASJUR.SEMAD nº 171/2018, após farta fundamentação, conclui que:

Isso posto, quando aplicada a reincidência, agravante ou novo cálculo em momento posterior à lavratura do auto de infração, majorando a penalidade de multa simples, em observância ao princípio do devido processo legal, deve ser sempre reaberto o prazo para defesa/manifestação ao infrator para que ele possa exercer seu direito à ampla defesa e ao contraditório.

Assim, como não foi reaberto o prazo para a defesa, emerge o poder-dever da Administração Pública de controlar seus próprios autos, revendo-os e anulando-os quando praticados com alguma ilegalidade. Trata-se da aplicação do princípio da autotutela, que se funda no princípio da legalidade administrativa: se a administração Pública só pode agir dentro da legalidade, é de se considerar que os atos administrativos que dela fujam devam ser revistos e anulados, sob pena de afronta ao ordenamento jurídico.

No entanto a mesma nota jurídica faz uma ressalva:

Desse modo, a administração pública tem o prazo de cinco anos, contados da data da lavratura do auto de infração, para promover as alterações que entender necessárias no exercício do controle de legalidade do ato administra vo.

Como a reincidência e a aplicação de agravantes estão previstas na legislação ambiental, é obrigação da autoridade fiscalizadora aplicá-las quando verificadas no caso concreto. Caso o agente não tenha condições técnicas de indicá-las no momento da autuação, o ato administra vo está eivado de vício que prejudica a administração pública, devendo, portanto, ser modificado respeitando o prazo decadencial.

É que tendo sido o auto lavrado há mais de cinco anos, não pode a administração pública promover alterações, que entender necessárias no exercício do controle de legalidade do ato

titul
48



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Superintendência Regional de Meio Ambiente Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba
Diretoria de Controle Processual – Núcleo de Autos de Infração

460
C

administrativo, não podendo ultrapassar o prazo de cinco anos, que acarreta a decadência do direito potestativo da administração pública de anular o ato ilegal.

3) CONCLUSÃO

Pelo exposto, opinamos pela nulidade do ato decisório proferido pela URC COPAM TMAP, na 139ª REUNIÃO ORDINÁRIA, no que tange à aplicação da reincidência, mantendo a multa simples aplicada, tendo em vista que foram debatidas as demais questões de preliminares e mérito suscitadas em sede de recurso.

Assim sendo, apresenta-se o Processo Administrativo à Egrégia Unidade Regional Colegiada do COPAM Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba para julgamento.

Uberlândia, 08 de julho de 2019		
Víctor Otávio Fonseca Martins Gestor Ambiental - NAI SUPRAM TMAP		Víctor Otávio Fonseca Martins Gestor Ambiental SEMAD/MG MASP 1.400.276-0 - OAR/MG 107.541
De acordo: Wanessa Rangel Alves Diretora de Controle Processual SUPRAM TMAP		Wanessa Rangel Alves Diretora de Controle Processual da SUPRAM TMAP Masp 1472918-0